



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Administração

PROCESSO Nº: PA-PRO-2021/02459
INTERESSADO: ESCOLA JUDICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ DOUTOR JUIZ ELDER LISBOA FERREIRA DA COSTA (EJPA)
ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Senhora Secretária,

Cuida-se de expediente encaminhado pela Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará, solicitando autorização para contratação do profissional **TIAGO GAGLIANO PINTO ALBERTO**, para ministrar o curso **Teorias da Justiça**, na modalidade de ensino à distância (EAD), para Magistrados e Servidores do Poder Judiciário do Estado do Pará.

O setor demandante, inicia a demanda informando que a execução do curso Teorias da Justiça substituirá Curso Socioeducação: da Apuração à Execução das Medidas Socioeducativas – Turma I, autorizado pelo gestor orçamentário no expediente PA-MEM2021/02610.

Narra que, *a modificação se fez necessária para adequação das atividades da EJPA às novas modalidade admitidas pela ENFAM, neste caso, aulas à distância, através da plataforma Moodle, sendo o curso proposto necessário para que os magistrados e magistradas, com o assessoramento dos servidores e das servidoras do Tribunal de Justiça do Pará, tenham a oportunidade de enriquecer a construção da decisão judicial no cotidiano.*

E ainda:

Assim, esclareço que em consequência da alteração supramencionada houve também impacto no valor previsto, conforme abaixo especificado:

- Valor inicialmente previsto: "**CURSO SOCIOEDUCAÇÃO: DA APURAÇÃO À EXECUÇÃO DAS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS (TURMA I)**":
R\$6.340,80 (PAMEM- 2021/02610)

- Valor da demanda atual: curso "**TEORIAS DA JUSTIÇA**"R\$ 6.340,80

A justificativa da necessidade da contratação foi exposta no item 1 do Documento de Oficialização da Demanda, nos seguintes termos:





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Administração

Este curso pretende abordar as teorias da Justiça de uma maneira tal que os cursistas possam, a partir de casos fictícios ou reais, depararem-se com situações para as quais a solução flua a partir dos aportes teóricos inerentes às teorias utilizadas no ambiente da Justiça.

Desta forma, serão analisadas, entre outras teorias, o utilitarismo, a partir de seus princípios, o conceito de utilidade girando em torno do eixo do hedonismo do bem-estar, da utilidade de estado mental não hedonista, da satisfação de preferências e das preferências informadas.

Também serão analisadas as teorias libertárias, partindo da ideia de ausência de paternalismo legal, de atos oriundos dos poderes constituídos que não devem ter conteúdo moral, ausência de redistribuição de renda e riqueza, assim como as suas características e críticas. Serão também analisadas as teorias positivistas, desde a sua formação teórica Comtiana, a partir da Lei dos Três Estados, causa e efeito e a tese das fontes sociais, até as variações modernas, como por exemplo o positivismo inclusivo, exclusivo e ético; e, no que tange ao pós-positivismo, serão analisadas as teorias da injustiça extrema, a tese da correção e ainda quais direitos ocupam a centralidade do sistema.

Esses são apenas alguns exemplos de teorias que serão trabalhadas neste curso, em que teremos a oportunidade de enriquecer a construção da decisão judicial no cotidiano, viabilizando que o cursista possa, ao final, ter uma ideia mais completa dos aspectos relacionados ao seu dia a dia decisório.

Consta no DOD que a contratação não está prevista no Plano de Contratações de 2021.

Nesse sentido, a ação educacional sugerida tem por objetivo a contratação de docente de profissional de renome, elevada qualificação acadêmica e notável saber; para ministrar o curso de capacitação e aperfeiçoamento Aprofundamento em Justiça Restaurativa que fazem parte integrante e indissociável do Termo de Referência, no período, carga horária e condições especificados nos referidos documentos.

O conteúdo a ser ministrado pelo docente, que deverá ocorrer no período de 04/11/2021 a 28/11/2021 e terá a carga horária total de 40 horas/aula, correspondendo ao investimento de R\$ 6.340,80 (seis mil, trezentos e quarenta reais e oitenta centavos), conforme previsto nas fichas financeiras e Ordem de Compra 2021/1956 de 24/08/2021.





PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 Secretaria de Administração

A Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças informou a existência de disponibilidade orçamentária para o financiamento da despesa.

Vieram os autos para análise e parecer.

É o relatório.

A licitação pública é um procedimento administrativo por meio do qual a Administração, após uma sucessão pré-ordenada de atos formais, e segundo as regras definidas pelo edital, seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse e, em regra, esses contratos serão norteados pela Lei nº 8.666/93 c/c artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal. Ocorre que, vez ou outra o processo licitatório se mostrará como meio inadequado para atender ao interesse público, motivo pelo qual o dever de licitar da administração pública admite exceções.

A inexigibilidade de licitar, ocorrerá quando for inviável a competição entre os potenciais interessados, dada a singularidade do serviço técnico a ser contratado com profissional de notória especialização. Assim sendo, estão previstas na Lei Geral das Licitações e Contratos Administrativos – Lei nº 8.666/93, em seus artigos 24 e 25, as situações em que o agente público poderá deixar de promover o prélio licitatório, realizando contratação por indicação direta da pessoa do contratado, estabelecendo ainda as condições e requisitos a cada caso para fazê-lo. No primeiro dispositivo, temos os casos de dispensa e, no segundo, os de inexigibilidade de licitação.

Ainda neste cenário, a Carta Magna prevê, expressamente, a existência de casos que excepcionam o dever de licitar. São os casos das licitações tidas por inexigíveis, dispensadas ou dispensáveis. A contratação ora sob análise se amolda à hipótese de inexigibilidade de licitação, eis que se subsume à hipótese do artigo 25:

Artigo 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

II – para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória



TJPA PRO 2023 10 24 59 V01





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Administração

especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

§ 1º. Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Deste modo, como deve ser contratado profissional ou empresa dotados de notória especialização, incumbe à Administração inferir qual desses profissionais ou empresas prestará o trabalho mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Conforme ainda o perfil deste instituto, o fato de os incisos do artigo 25 da Lei de regência serem meramente exemplificativos, significa dizer que em todas as situações em que se verificar sua inviabilidade, a licitação será considerada inexigível.

A inviabilidade de licitar no caso em questão se justifica pela especialidade técnica e experiência do profissional, ora solicitado, no qual adequa-se ao perfil do curso que será ministrado, sendo, portanto, a pessoa mais apta à plena satisfação do curso.

Assim, conclui-se que a contratação de cursos se amolda com perfeição aos pressupostos exigidos para aplicação do instituto da inexigibilidade, estabelecido no artigo 25, inciso II, da Lei nº 8.666/93, a saber: está previsto no rol de serviços técnicos do artigo 13 do mesmo diploma legal; a natureza do objeto é singular e exige-se, para sua consecução, alguém de especialização comprovada e experiência no assunto.

No que tange, entretanto, à necessidade de publicação, em obediência as disposições do artigo 26 da Lei nº 8.666/93, assevera-se, com base em acórdão do Tribunal de Contas da União, que essa exigência desrespeita os princípios da eficiência, da razoabilidade, da proporcionalidade e da economicidade.

Em decorrência disso, considera-se dispensável a publicação, no caso em questão, visto que o valor do serviço se encontra abaixo do valor estipulado no artigo 24, inciso do II, da Lei de Licitações.





PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 Secretaria de Administração

Neste sentido, transcreve-se trechos do voto do relator e do acórdão referido, para fundamentar o posicionamento adotado:

(...) a eficácia dos atos de dispensa e inexigibilidade de licitação a que se refere o art. 26 da Lei 8.666/93 (art. 24, incisos III a XXIV, e art. 25 da Lei 8.666/93), está condicionada a sua publicação na imprensa oficial, salvo se, em observância ao princípio da economicidade, os valores contratados estiverem dentro dos limites fixados nos arts. 24, I e II, da Lei 8.666/93.

(...)

No entanto, ainda que se admita a efetiva possibilidade de enquadramento legal de uma despesa inferior a R\$-8.000,00 como inexigibilidade, fundamentada no art. 25, da Lei nº 8.666/93, para valores dessa magnitude não se aplica o disposto no art. 26 do Estatuto das Licitações.

(...)

Conforme mencionei anteriormente, a interpretação sistêmica da Lei nº 8.666/93 permite concluir que o valor determina a relevância da contratação e, por conseguinte, o nível de exigência mínima para que a contratação se efetive dentro do arco da legalidade.

Desse modo, não se afigura razoável a lei facultar a dispensa de licitação para todas as contratações abaixo de R\$-8.000,00, mas exigir procedimentos mais rigorosos se a fundamentação for alicerçada em inexigibilidade de licitação.

(...)

Diante disso, se o suporte fático é idêntico e a lei faculta o enquadramento como dispensa de licitação, não há razão para exigir publicação quando a contratação abaixo de R\$-8.000,00 for alicerçada na inexigibilidade. A interpretação restritiva adotada no comunicado da Secretaria de Controle Interno se sustentaria apenas se restasse demonstrada a utilidade / necessidade em razão de alguma peculiaridade que a justificasse. (...).

(Acórdão 1.336/2006-Plenário TCU).

Ressalta-se que os valores previstos nos incisos do artigo 24 da Lei de Licitações foram alterados em 19 de julho de 2018, com a entrada em vigor da Lei nº 9.412/2018. *In casu*, o valor retro mencionado passou de R\$-8.000,00 (oito mil reais) para R\$-17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais).

Logo, considerando a administração que o serviço a ser contratado é de natureza singular, nos termos acima postos, poderá escolher, de forma discricionária e devidamente justificada, o profissional a ser contratado, em



TJPAPRO202102459V01





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Administração

razão de sua notória especialização. Portanto, esta Assessoria, entende que os requisitos estabelecidos no artigo 25, inciso II, § 1º, da Lei 8.666/93, foram preenchidos, não se vislumbra, assim, impedimento jurídico à realização do referido curso e na contratação do profissional indicado.

Isto posto, avaliando a situação em análise, como caso claro de inexigibilidade de licitação, em decorrência da especialidade técnica profissional, opina-se pela possibilidade jurídica de contratação dos serviços, com fundamento no artigo 25, inciso II c/c o artigo 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/93.

É o parecer, o qual submeto à apreciação superior.

Belém, 20 de setembro de 2021.

ANA AURORA HURLEY MARTINS MANESCHY
Assessora Jurídica Administrativa da Secretaria de Administração

